

Objetivo é acabar com fonte de déficit

BRASÍLIA - O governo federal quer fechar de vez as brechas por onde aumenta o déficit público. Por isso, os Estados estão tendo toda a ajuda possível para aumentar sua arrecadação. A mais nova ofensiva prevê que o Ministério da Fazenda assine contratos com Estados pobres e endividados, como Ceará e Bahia. Ambos ainda possuem margem para emitir mais títulos e aumentar a dívida mobiliária.

Mesmo esses dois Estados porém, já estão em negociações com o Planalto para um acordo no qual entrarão no regime dos demais, privatizando e enxugando gastos, sem aumentar a dívida durante alguns anos. "Estamos conversando", disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. Mas ele não detalhou quais vantagens o governo federal está oferecendo a esses Estados.

O programa de reestruturação dos débitos ataca os três pontos de momento do déficit público: a dívida mobiliária, os bancos estaduais e as companhias elétricas. A emissão de títulos está proibida para os Estados até que suas dívidas sejam do tamanho de um ano de arrecadação. São Paulo, por exemplo, levará até 2008 para conseguir isso.

As companhias elétricas e os bancos estão sendo privatizados. Nos últimos anos, alguns deles foram utilizados para captar empréstimos que, de fato, eram para o governo do Estado. Vendendo-os, o governo federal se livra do problema.

Outra fonte de alimentação do déficit público são os títulos lançados para pagar dívidas decorrentes de sentenças judiciais (precatórios). Além de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado, que investiga operações irregulares com letras financeiras de Estados e municípios, os títulos destinados ao pagamento de precatórios vencidos até outubro de 1988 são os únicos que ainda podem ser emitidos. Os técnicos da Fazenda vêem a CPI com satisfação e acham que ela pode resultar em critérios mais rígidos para as autorizações de emissão de títulos, dadas pelo Senado. (L.A.O.)